

GEOPOLÍTICA E DISPUTA PELA SUPREMACIA NA AMÉRICA DO SUL: A VISÃO MILITAR BRASILEIRA ACERCA DA INTERVENÇÃO DIPLOMÁTICA DO PAÍS NA GUERRA DO CHACO (1932-1935)

Helder Gordim da Silveira*

RESUMO

O artigo busca examinar as formas pelas quais a elite militar ativa do Brasil observou e interpretou o contexto final da Guerra do Chaco (1932-1935), entre o Paraguai e a Bolívia, tendo em vista a intervenção diplomática do país na questão. Com base em análise qualitativa de documentação produzida no contexto por agentes civis e militares relevantes para a intervenção brasileira, mostra-se que essa visão militar era embasada em conceitos oriundos de uma certa formulação do interesse nacional do país. Os termos deste interesse, por sua vez, orientavam-se pelas diretrizes básicas da política externa republicana desde Rio Branco e pelo pensamento geopolítico nacional, atualizado no período pela obra de Mário Travassos.

Palavras Chave: Guerra do Chaco; Geopolítica Brasileira; Pensamento Militar

ABSTRACT

This paper seeks to examine how the Brazilian military elite perceived the context that involved the later stages of the Chaco War (1932-1935), between Paraguai and Bolivia, with a focus on the Brazilian attempts of diplomatic intervention in the war. Based on a qualitative analysis of documentation produced by civil servants and military staff in the war years it is possible to determine how their perception was forged by concepts that stemmed from a specific concept of national interest. Moreover, the main features of this idea of national interest was based on the principles of the Brazilian foreign policy, as established by Rio Branco and by the Brazilian geopolitical thought, strongly influenced in that period by the work of Mário Travassos.

Keywords: Chaco War; Brazilian Geopolitics; Military Thought

* Doutor em História das Sociedades Ibéricas e Americanas pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). Professor do Departamento de História e do PPG em História da Escola de Humanidades da PUCRS.

1. Introdução

O presente artigo é parte do projeto de pesquisa em que foi examinada a atuação brasileira frente ao mais importante conflito internacional no subcontinente no século XX: a Guerra do Chaco (1932-1935), na qual se confrontaram tragicamente Paraguai e Bolívia, os dois países mediterrânicos da América do Sul. Destaca-se aqui, nesse sentido, os termos pelos quais a elite militar brasileira interpretou o contexto crítico do final do conflito, em 1934-35, associando a intervenção diplomática do país na questão às diretrizes essenciais do que se pode denominar pensamento geopolítico nacional, representado particularmente no contexto pela obra de Mário Travassos.

No sentido de enxergar em perspectiva essa atuação diplomática e, particularmente, a visão militar a ela relacionada, é necessário estabelecer um breve exame da Guerra que se encontra em sua mais dramática situação no contexto imediato aqui importante. O conflito entre o Paraguai e a Bolívia, além de representar a consumação trágica dos nacionalismos das elites locais, manchados no passado por pesadas derrotas militares e diplomáticas, sofreu ingerências externas absolutamente decisivas. Direta ou indiretamente, aquela *guerra no fim do mundo* tocava interesses dos Estados Unidos, da Grã-Bretanha, da Liga das Nações, do Sistema Interamericano em construção, de grandes empresas petrolíferas como a *Standard Oil* e de dois vizinhos poderosos e rivais, cujas projeções estratégicas no subcontinente conferiam excepcional relevância ao conflito: Brasil e Argentina.

Adota-se aqui a perspectiva teórica clássica no estudo das Relações Internacionais latino-americanas ligada à chamada Escola da Dependência (BACHA, 1971; CARDOSO e FALETTO, 1984; MARINI, 1992; HALLIDAY, 1999; BERNAL-MESA, 2005), particularmente nas diretrizes apontadas por Gerson Moura (MOURA, 1980). Nessa direção, supõe-se a ordem internacional estruturada, política e economicamente, em regiões centrais e periféricas ou dependentes, em diferentes contextos e dinâmicas históricas do capitalismo global. Tal estrutura geral delinea os marcos dentro dos quais as ações dos agentes individuais e das redes burocráticas levam a efeito concreto as ações políticas nacionais/internacionais, configuradoras de sistemas e subsistemas de poder, tanto nas regiões centrais quanto naquelas dependentes. Assim são aqui pensadas as ações e visões políticas dos agentes envolvidos na questão internacional representada pela Guerra do Chaco.

2. O Brasil e o *Perigo Argentino* na Guerra

A primeira disputa diplomática relevante em torno do território do Chaco data de 1853. O tratado de fronteira, assinado nesse ano entre a Argentina e o Paraguai, reconhecia como pertencente ao território paraguaio o rio de mesmo nome, de margem a margem, abaixo de sua confluência com o rio Paraná, no território do Chaco. A Bolívia protestou, como terceiro interessado, alegando direitos à área ao longo do rio Paraguai. Buenos Aires lavou as mãos.

Após a Guerra da Tríplice Aliança, a Argentina declarou a intenção de retomar a região que havia reconhecido em 1853 como sendo paraguaia. O Brasil, cujas tropas ocupavam o Paraguai vencido, protestou contra essa intenção da aliada circunstancial de então e inimiga de sempre do expansionismo brasileiro no Prata. Sob pressão diplomática do Império, em 1878, Argentina e Paraguai acordam em levar a questão à arbitragem do presidente norte-americano Rutherford Hayes. Washington decidiu então a favor do Paraguai, obrigando a Argentina a se retirar da região. A Bolívia novamente protestou contra o resultado da arbitragem, reiterando suas pretensões no território do Chaco. Pragmaticamente, Hayes declara haver arbitrado exclusivamente a questão entre o Paraguai e a Argentina: os alegados direitos de La Paz deveriam ser discutidos com Assunção.

A partir de então, seguiram-se intensas e sempre passionais controvérsias entre Bolívia e Paraguai, com a assinatura de inúmeros acordos e protocolos sistematicamente rejeitados ou não ratificados pelos poderes legislativos de um ou de outro dos contendores. Toda uma geração de intelectuais e políticos nacionalistas paraguaios e bolivianos - de um nacionalismo justificadamente ressentido, diga-se - formou-se com a ideia segundo a qual o Chaco representava a única e última redenção possível para as derrotas e amputações territoriais do passado (CHIAVENATO, 1981; COELLO, 1982; GUGGIARI, 1983).

O Paraguai, ao longo do período, tratou de consolidar a posse da chamada *Zona Hayes* no Chaco, sobretudo por meio de concessões a firmas e a empresários estrangeiros, para a extração do tanino e a criação de gado nas planícies da região, sempre sob o protesto boliviano. Isto ocorreu até 1927, quando a questão escapou definitivamente para a esfera militar.

Em 1921, novo ingrediente acendera o estopim do conflito. A poderosa *Standard Oil*, truste petrolífero norte-americano, confirmou a presença de petróleo no oriente boliviano, passando a explorá-lo

como concessionária (CHIAVENATO, 1979). O escoamento do produto, pelo Prata ao Atlântico, tornou-se, porém, problemático. Economicamente, o caminho lógico passaria pela província Argentina de Salta. A Argentina, entretanto, com a ascensão política do nacionalismo modernizador-reformista da Unión Cívica Radical (UCR), criou, em 1922, a estatal Yacimientos Petrolíferos Fiscales (YPF), entrando em conflito com os interesses da *Standard* no país (MARCAIDA e SCALTRITTI, 2008; PARADISO, 2005, cap II; LLAIRO e SIEPE, 1997).

A estratégia argentina assentava-se no controle da condução do petróleo boliviano como parte da articulação mais ampla daquela região com a economia platina. De fato, em direção ao território boliviano de Santa Cruz, aliás com antigas aspirações separatistas, corriam os trilhos de um razoavelmente articulado sistema ferroviário argentino. Esses planos, supostamente de reunificação do antigo vice-reinado do Prata sob influência de Buenos Aires, eram acompanhados com grande preocupação no Brasil, pelo menos desde o período do segundo Rio Branco (HEINSFELD, 2015) à frente da chancelaria republicana (1902-1912). Para a Bolívia e para a *Standard Oil*, portanto, a tradicional bandeira nacionalista em torno da reivindicação de uma saída soberana ao Atlântico pelo Chaco tornava-se essencial, mais do que nunca.

É assim que, a partir de 1927, a Bolívia passaria a obter vultosos empréstimos internacionais para a compra dos mais modernos materiais bélicos disponíveis no mercado mundial, alguns dos quais seriam usados em larga escala apenas na Segunda Guerra. No Senado americano, os democratas denunciavam a suposta participação ilegal da *Standard Oil* na obtenção dos empréstimos, sob o silêncio, e talvez a conivência, de setores dominantes no Departamento de Estado. O Paraguai, por seu turno, contaria com o apoio permanente da Argentina, sobretudo após 1930, por meio de empréstimos e fornecimento secreto de material bélico, na sombra da declaração formal de neutralidade de Buenos Aires (BREZZO e FIGALLO, 1999). Completava-se assim o cenário para o mais grave confronto militar sul-americano no século XX.

No Brasil, que igualmente se declarava neutro, consolidava-se nos meios militares e no Itamaraty, uma decidida – e antiga – posição anti-argentina (SCENNA, 1970; HILTON, 1983; FAUSTO e DEVOTO, 2004; BANDEIRA, 2003) e, portanto, pró-Bolívia. A política externa da República, consolidada no período Rio Branco e cujos padrões essenciais foram mantidos pelo movimento de 1930 – embora com reorientações – via a Argentina – a *senhora do Prata* –

como a principal competidora do país no estabelecimento de uma posição de supremacia política e militar na América do Sul. A consolidação do pensamento geopolítico, sobretudo nos meios militares brasileiros e argentinos, a partir dos anos 20 do século passado, atualizou e reforçou esse eixo de rivalidade, conferindo decisiva relevância ao conflito do Chaco para ambos os países.

A obra do então capitão brasileiro Mário Travassos, *Projeção Continental do Brasil*, lançada em 1931 (TRAVASSOS, 1938) e acatada quase imediatamente nos meios militares brasileiros e argentinos, é um excelente indício dessa atualização. Transpondo para o cenário sul-americano a célebre teoria de H. Mackinder, a respeito do *heartland* mundial – a porção da Europa Central cujo domínio decidiria a corrida hegemônica global - Travassos propunha que o “coração” sul-americano se encontrava precisamente no território boliviano. Ali, Brasil e Argentina decidiriam a disputa geopolítica, posta como “natural e inevitável”, pela supremacia no subcontinente.

A Argentina, mesmo com a relativa desvantagem de apoiar quase abertamente o Paraguai (então chamado nos bastidores do Itamaraty e nos círculos militares brasileiros de “província” Argentina), equilibrou-se de forma notável na neutralidade formal para obter uma posição favorável de negociação e pressão sobre La Paz. O Brasil, mais diretamente associado à posição boliviana, lutava igualmente para não anular suas possibilidades de ganho junto a Assunção.

Essenciais igualmente no interior do processo político de busca pela paz no Chaco, eram evidentemente os interesses dos Estados Unidos. Para Washington, estavam em jogo questões de natureza claramente econômica, ligadas a empresas norte-americanas estabelecidas na região – notadamente na área petrolífera – tanto quanto projeções de cunho político-estratégico de médio e longo prazo. Este tipo de projeção caracterizava-se pela meta de consolidar o sistema de poder do país no continente, afastando, tanto quanto possível, a ingerência europeia e constituindo o sistema interamericano sob a égide do pan-americanismo – temperado com a Boa Vizinhança de Roosevelt, a partir de 1933 - e das Conferências continentais periódicas que se realizavam desde o final do século XIX (TOULCHIN, 2016; SCHOULTZ, 2000). Parece evidente que o controle do processo político de negociações para a cessação de hostilidades e a iniciativa direta na concretização de tal objetivo apresentavam-se com importância central para o Departamento de Estado em vista dessa meta estratégica de médio prazo.

Nessa perspectiva, a ação diplomática argentina buscará permanentemente o afastamento do Departamento de Estado da condução do processo de negociações, não apenas em virtude da posição da *Standard Oil*, mas sobretudo em função da posição extremamente favorável do país no interior do sistema de poder britânico – no plano econômico como grande fornecedora de carne e grãos, no que, de resto, competia com os Estados Unidos no mercado mundial -, do que derivava o forte europeísmo da política externa argentina e a consequente resistência histórica à consolidação institucional do interamericanismo (PETERSON, 1986). Para o Brasil, ao contrário, tratava-se de promover, de forma tão estreita quanto possível, a articulação de sua ação diplomática com a norte-americana, na medida em que esta articulação apresentava-se, pelo menos desde Rio Branco, como uma aliança estratégica favorável ao interesse nacional brasileiro no que se referia ao enfrentamento do “perigo argentino” na disputa pela supremacia no subcontinente sul-americano. Sublinhe-se nessa direção que os Estados Unidos eram, desde o século XIX, o principal mercado para o café brasileiro.

Dentro desse quadro, quando a Guerra encontrava-se em seu ponto culminante (ZOOK, 1962), com o desenho mais nítido da vitória paraguaia, cujas tropas avançavam em direção ao território de Santa Cruz e logo com o completo esgotamento dos contendores a constituir um perigoso impasse político, o processo de negociação de paz, no qual enfrentavam-se os interesses do Brasil, da Argentina e demais atores internacionais (ROUT, 1970), estivera centralizado em diversos foros no interior dos quais, e entre os quais, refletia-se aquele enfrentamento.

Em 1928, a Conferência Interamericana para Conciliação e Arbitragem, reunida em Washington, decide pela instauração de uma Comissão de Investigação para analisar os primeiros incidentes militares graves na região do Chaco. Compunham a Comissão os EUA, o Uruguai, o México e a Colômbia. A Argentina, seguindo seu posicionamento padrão de resistência ao estabelecimento do sistema de poder norte-americano no continente, negara-se a participar da Conferência.

A Comissão trabalha até outubro de 1929, quando ocorre seu fracasso definitivo no trato da questão territorial de fundo. O Departamento de Estado, buscando preservar o controle do processo de negociação, consegue transformá-la no Comitê de Neutros, com a participação dos contendores, uma instância mais sólida para o trato da questão boliviano-paraguaia, reunida em

Washington, não sem fortes protestos de Buenos Aires.

Em julho de 1932, pouco depois da deflagração definitiva da Guerra no Chaco, o Paraguai retira-se da mesa de negociações em Washington, não sendo difícil inferir a iniciativa argentina nessa decisão. Este seria, na verdade, o primeiro ato da chancelaria argentina sob a condução de Carlos Saavedra Lamas – um seguidor de grande prestígio da escola geopolítica argentina, de Estanislau Zeballos (ETCHEPAREBORDA, 1982) e futuro ganhador do Nobel da Paz –, após o início do conflito, na busca de seu objetivo permanente de afastar os EUA do processo de negociação - ou disputa - pela paz no Chaco.

Diante da eclosão da guerra e da fragilização do Comitê de Neutros de Washington, em julho de 1932, reúnem-se, por iniciativa brasileira, em Santiago do Chile, os embaixadores dos países limítrofes dos beligerantes: Argentina, Brasil, Chile e Peru, dando origem ao denominado grupo ABCP.

No interior do grupo, Brasil e Argentina digladiam-se, aquele buscando preservar o Comitê de Neutros como instância de negociação, esta, reivindicando exclusividade para o grupo nesse processo.

Em setembro do mesmo ano, Saavedra Lamas reconduziria a Argentina à Liga das Nações, numa reafirmação da tradicional tendência europeísta da política externa de Buenos Aires, passando a sustentar a tese de que a Liga seria o foro legítimo para as negociações de paz, uma vez que ambos os contendores eram igualmente Estados membros da instituição. É evidente que a ingerência da Liga das Nações em uma questão estritamente americana representava um duro golpe para a consolidação do sistema interamericano, tal como o concebiam setores dominantes do Departamento de Estado. Mesmo mantendo extrema prudência em relação aos EUA, a Liga das Nações decide pela criação de um Comitê Especial para a análise da questão do Chaco, frente ao qual Brasil e Estados Unidos poderiam atuar meramente como observadores, dada a condição de não membros de ambos os países.

Assim, no final de setembro de 1932, há três foros internacionais paralelos, e em vários modos concorrentes, envolvidos na Guerra do Chaco: o Comitê de Neutros de Washington, o grupo ABCP e a Liga das Nações. A primeira baixa dessa guerra pela paz é o Comitê de Neutros, o que representava uma estupenda vitória argentina. Em dezembro, o Departamento de Estado, através de Francis White, admite publicamente o fracasso do Comitê, transferindo para Genebra e para o ABCP as

responsabilidades pelas negociações, não sem manifestar igualmente a preferência pelo grupo americano, onde se encontrava o aliado preferencial no subcontinente.

Cerca de dois anos após, o Itamaraty encontra-se, pois, envolvido em um intenso processo de disputa com a Argentina, quase sempre buscando articulação com os Estados Unidos, para trazer de volta a exclusividade das negociações para a América. Está fora a tônica da atuação de Afrânio de Mello Franco, conduzindo o trabalho diplomático sobretudo das embaixadas em Buenos Aires e em Washington.

No final de 1933, Getúlio Vargas, dada a demissão apresentada por Mello Franco em novembro, assume pessoalmente a condução da atuação brasileira na questão do Chaco. O presidente adota a tática de evitar o poderoso, e não menos hábil, Saavedra Lamas e os canais diplomáticos regulares. Pretendia o chefe de estado brasileiro, em manobra que seria relevante e decisiva para o rumo do problema, conduzir as negociações para a VII Conferência Interamericana, que se reuniria em dezembro, em Montevideo, entendendo-se, direta e reservadamente, com o presidente argentino, o general Justo. A ação, evidentemente, recebera o incentivo e o apoio do Secretário de Estado, Cordell Hull.

A intermediação seria efetivada pelo tenente-diplomata Orlando Leite Ribeiro, importante adido na embaixada de Buenos Aires, ao qual Vargas recomenda extrema prudência, dada a situação em que poderia colocar o general Justo diante de seu chanceler, de enorme prestígio no interior do bloco de sustentação do governo.¹

Contra os esforços de Saavedra Lamas, pois, a questão do Chaco chega a ser negociada em Montevideo, embora o Paraguai, em franca vantagem militar no momento, permanecesse irredutível, como contava o Chanceler argentino, fiel à perspectiva geopolítica de Zeballos, para a qual o território boliviano de Santa Cruz, independente e incorporado à esfera de influência Argentina, aparecia como uma consequência do avanço militar paraguaio. Pelo menos era esse o grande temor que circulava na esfera militar brasileira, para a qual se desenhava então um confronto generalizado no subcontinente.

No mesmo mês, o Comitê formado pela Liga das Nações finalmente dá por encerados os trabalhos de observação que vinha

¹ Arquivo Getulio Vargas. Rio de Janeiro. CPDOC/FGV. GV-33 12 02, GV 33 12 09 e GV- 33 12 20/2.

desenvolvendo na região sob a chefia do espanhol Alvarez Del Vayo. A Liga encontra-se, então, formalmente aparelhada para a elaboração de uma proposta concreta de paz aos beligerantes. A primeira proposta de Genebra surge em janeiro de 1934. Sob forte influência da ação de Saavedra Lamas, a oferta fracassa. A 22 de fevereiro, nova proposta é apresentada e o fracasso se repete.

No campo militar, prosseguia o avanço paraguaio em direção ao território boliviano. Em julho do mesmo ano, a Argentina decide fazer uma intervenção mais contundente na questão do Chaco. E o faz, desta vez, não apenas no campo diplomático. O setor militar é diretamente acionado, com a ocupação de vários *fortines* dentro do território em litígio. Até mesmo o governo paraguaio mostra-se surpreso diante da atitude de Buenos Aires, apresentando um protesto formal junto à Argentina. No Brasil o fato provoca alarme no meio militar, de onde partem fortes pressões junto a Vargas para que se acelerassem os preparativos para a guerra. Macedo Soares, prudentemente, decide indagar diretamente a Saavedra Lamas “os motivos daquela ocupação”.²

Pode-se supor que o movimento militar argentino visasse ao preparo de uma futura operação de apoio, por um lado, à ação militar paraguaia dentro do território boliviano de Santa Cruz e, por outro, a um virtual movimento separatista cruzenho. No campo diplomático, Saavedra Lamas decide investir fortemente contra as propostas de paz da Liga das Nações. O chanceler parecia considerar oportuna a intervenção mais direta da Argentina no processo de negociação, o que colocava a necessidade circunstancial de afastar Genebra desse processo. Tratava-se de adequar o ritmo das negociações diplomáticas aos resultados obtidos pelas armas paraguaias no Chaco.

Para tanto, Lamas propõe a formação de um grupo de mediação constituído pela Argentina, o Brasil e os Estados Unidos. Colocando em cena diretamente o seu eixo opositor, Rio de Janeiro – Washington, o chanceler constitui um ponto de apoio fundamental em vista de seu objetivo circunstancial de afastar Genebra das *demarches*. De fato, o Departamento de Estado parece considerar valiosa a oportunidade de trazer as negociações de volta a um cenário americano, mesmo na condição de os EUA aparecerem como coadjuvantes de um espetáculo claramente estrelado por Saavedra Lamas.

² Arquivo Macedo Soares. Rio de Janeiro. IHGB – Lata 14-A, pasta 14. Telegrama de Macedo Soares à embaixada em Washington. 28 de agosto de 1934.

Parece ter sido essa a leitura que fez o então chanceler brasileiro, Macedo Soares, da manobra Argentina, pois o Brasil não adere imediatamente ao novo grupo mediador, em que pese a pressão que o Departamento de Estado parece haver exercido sobre o Itamaraty. Ao menos extraoficialmente, tudo indica que o chanceler brasileiro, contrapôs à atitude de seu colega argentino uma ação igualmente autônoma e ousada junto aos beligerantes e, talvez ao Chile, no sentido de deslocar para o Rio de Janeiro e, portanto, para a órbita brasileira, o processo de negociações.

No final de agosto, Macedo Soares trataria finalmente de tranquilizar Washington com uma resposta oficial que parece mais atestar as medidas extraoficiais que tomara o embaixador na defesa dos interesses estratégicos brasileiros. Um pouco ironicamente, o chanceler comunicaria à sua embaixada em Washington que o Brasil estaria “colaborando sincera e desinteressadamente com o chanceler Saavedra Lamas na solução do conflito do Chaco e não desejamos melindrá-lo, nem tampouco aumentar a nossa responsabilidade, trazendo para o território brasileiro os delicados trabalhos de conciliação”.³

A primeiro de dezembro, a Liga das Nações procederá ao último ato de sua ingerência efetiva na questão do Chaco, decretando finalmente o embargo de armas aos beligerantes. Sem obter a cessação de hostilidades, a Liga havia instituído a 24 de novembro uma Comissão Consultiva, sediada em Genebra, com a função de monitorar o cumprimento das recomendações aprovadas e por aprovar. Entre aquelas encontrava-se a constituição de uma Comissão de Administração do território ainda por ser neutralizado, com sede na América do Sul. A Comissão seria composta por representantes da Argentina, do Chile, do Peru e do Uruguai, estados-membro da Liga. São convidados por Genebra para integrarem ambas as comissões os não-membros Brasil e Estados Unidos. A Liga incumbe ainda ao chefe de Estado argentino de convocar a futura Conferência de Paz, a ser instalada em Buenos Aires, para a qual seriam igualmente convidados o Brasil e os EUA.

A par desta aparente desistência por parte de Genebra de obter o término das hostilidades via negociação com os beligerantes, a situação militar no Chaco aproximava-se de seu estado-limite. De fato, no final de 1934, o exército paraguaio conquistara todo o território do Chaco Boreal, tendo sua linha de frente já localizada nas proximidades das encostas andinas.

³ Arquivo Macedo Soares. Idem.

A partir de então, as projeções se faziam em dois sentidos: ou o avanço paraguaio prosseguiria adentro do território boliviano, ou a Bolívia, lutando então em terreno conhecido por seus soldados e mais próximo de sua retaguarda, resistiria e, depois de certo tempo, poderia impor ao Paraguai o recuo, dadas as maiores reservas com que contava La Paz, sobretudo em material humano.

3. A Visão Militar Brasileira da Guerra e da Diplomacia

A 26 de janeiro de 1935, a inspetoria militar da fronteira Madeira-Guaporé, por intermédio do capitão inspetor Aluizio Pinheiro Ferreira, presta informações ao comando da 8ª Região militar sobre a situação do conflito no Chaco.⁴

O avanço territorial paraguaio por praticamente todo o território em disputa colocava, para os interesses brasileiros, um perigo imediato: a possibilidade do avanço das tropas do general paraguaio José Felix Estigarribia, comandante geral das operações, até o coração continental, no território boliviano. Esta é, de fato, a primeira preocupação revelada pelo capitão-inspetor:

As tropas paraguaias em operação no Chaco, já atingiram a linha Murillo-Caragua e Vanguardia – Salinas São José (...). É evidente que o avanço paraguayo visa Santa Cruz, com o objetivo de cortar as ligações entre o Altiplano e o oriente, (...) deixando o chamado Oriente boliviano, totalmente desvinculado dos centros populosos e econômicos do ocidente.⁵

O objetivo estritamente tático deste provável movimento das tropas paraguaias (que, de fato, não chegou a ser empreendido) seria, como observou o capitão-inspetor, bloquear o fluxo básico das tropas bolivianas do Altiplano até o Oriente. Do ponto de vista geopolítico-estratégico, porém. A realização deste objetivo traria consequências bem mais graves para a posição brasileira no subcontinente.

Mário Travassos preocupava-se intensamente com a projeção ferroviária argentina em direção ao Oriente boliviano, particularmente na obra seminal referida acima. A articulação econômica do norte argentino com esta região, advertia o analista geopolítico, poderia representar o controle do coração continental

⁴ Arquivo Góes Monteiro. Rio de Janeiro. Arquivo Nacional Cf. Cx. 51(7) Pac. 1.

⁵ Idem.

pelo Estado platino, deslocando-o em definitivo da órbita brasileiro-amazônica.

É evidente, pois que o controle militar e, possivelmente jurídico, do Paraguai sobre a região petrolífera oriental aceleraria de forma vertiginosa o processo relativamente lento de influência econômica presente na planificação geopolítica argentina. O capitão Aluizio Ferreira, com claro domínio das questões geopolíticas em jogo, coloca para seu comando a questão efetivamente central para o interesse brasileiro no conflito.

Como o Brasil olhará o problema político, de futuro, isto é, a infiltração paraguaya, na bacia amazônica, e através dessa infiltração, a influência argentina, mal disfarçada na Guerra do Chaco?⁶

A possibilidade do controle praticamente direto da Argentina sobre o oriente boliviano – e, portanto, sobre o coração continental – era agravada ainda pelo tradicional separatismo do Departamento de Santa Cruz em relação ao Altiplano.

De fato, o separatismo cruzenho era tradicionalmente sustentado desde Buenos Aires, sob argumentos de natureza cultural, geográfica e histórica-jurídica, que buscavam demonstrar a vinculação do departamento territorial boliviano com o antigo Vice-Reinado do Prata e, portanto, à órbita de influência argentina, segundo a concepção de Pátria Grande, já notamos, no capítulo II, como o próprio chanceler Saavedra Lamas trabalha com estes argumentos na sustentação do projeto geopolítico argentino na região.

A questão não passa despercebida à observação militar brasileira da 8ª região:

A própria população de Santa Cruz, não se mostra nada alarmada com as possibilidades do avanço paraguayo até allí, mesmo porque, é factó, secularmente observado, a desvinculação moral entre os cruzemos (...) com os chamados collas, ou bolivianos do ocidente.⁷

Adverte, portanto, o observador militar brasileiro, novamente apresentando exata compreensão geopolítica dos fatos que relata, de que, para o Brasil, era necessário considerar como agravantes do perigo argentino “os múltiplos laços históricos que prendem o

⁶ Idem.

⁷ Idem.

Departamento de Santa Cruz (...) às Repúblicas enquadradas na bacia Prata-Paraguay.”⁸

Parece claro, portanto, que a interpretação militar do interesse nacional brasileiro no conflito do Chaco, oriunda da circunscrição mais diretamente em contato com as atividades bélicas, é configurada segundo os fundamentos ideológicos de disputa com a Argentina pelo predomínio na América do Sul, dentro dos quais os conceitos geopolíticos formalizados por Travassos ocupam papel central. Não é outro o sentido do desejo expressado pela inspetoria do capitão Pinheiro Ferreira:

(...) oxalá que, do final dessa luta, não surjam outros maiores embaraços à projeção intercontinental de nossa pátria, através do território da Bolívia, segundo a letra e o espírito dos Tratados vigentes, firmados pelo nosso e pelo governo dessa vizinha República.⁹

Vista dessa forma a observação militar mais direta do conflito no Chaco, passemos a considerar agora a ressonância dos conceitos e conclusões ali verificadas nas esferas militares mais próximas das instâncias de decisão do Estado. Estaremos ainda considerando o contexto do princípio de 1935.

Ao iniciar o ano de 1935, achava-se se instalado, nos termos constitucionais, o Conselho Superior de Guerra, órgão auxiliar do Governo para assuntos referentes à preparação das operações de guerra, aparelhamento do Exército e organização da defesa nacional, cujos estudos e solicitações deveriam ser diretamente analisados pelo Conselho de Segurança Nacional.

Na ocasião, o General de Divisão Waldomiro Castilho de Lima, inspetor do 1º Grupo de Regiões Militares e membro do Conselho, apresenta, aos demais componentes deste, extenso relatório, em caráter reservado, no qual procura atualizar as condições militares do país na América do Sul e comentar de forma destacada o conflito do Chaco em sua relação com o interesse nacional brasileiro.¹⁰

O relatório, por sua extensão, profundidade, atualidade em relação ao contexto a que se refere, indiscutível autoridade do autor

⁸ Idem.

⁹ Idem.

¹⁰ Arquivo Góes Monteiro. Rio de Janeiro. Arquivo Nacional. Cf. Cx 51(5) doc. 1. Todas as citações que seguem referem-se a este documento, sendo as páginas indicadas no corpo do texto.

e rigorosa significação político-institucional da instância à qual se destina, parece constituir-se em uma representação, largamente confiável da visão global que apresenta à inteligência militar brasileira mais próxima das instâncias de decisão do Estado acerca dos interesses do país no conflito chaquenho e, de forma geral, sobre a posição geopolítica-estratégica deste no subcontinente.

No que se refere a esta posição, a esfera militar de decisão no Brasil, a princípios de 1935, sustenta a tradicional preocupação quanto à questão da supremacia militar na América do Sul.

Mário Travassos apresentava como inquietação básica a perda da posição de supremacia neste setor que o Brasil mantivera ao longo do período imperial para a Argentina, durante a primeira metade do século XX. Não é outro o motivo de temor que o meio militar concretamente expressa, em meados da terceira década do século. “O Brasil perdeu a época da Guerra do Paraguai” (p. 1), é a convicção expressa por Castilho de Lima aos demais membros do Conselho Superior de Guerra.

A posição central da Argentina nas projeções estratégicas brasileiras, atualizada, para a década de 30 por Mário Travassos, encontra, concretamente, notável instrumentalização no meio militar.

É, com efeito significativo, o número, a atualização e a qualidade dos dados, de natureza econômica e militar, que parece dispor sobre o país vizinho o Estado Maior do Exército brasileiro, a revelar claramente a permanência do foco de atenção da inteligência militar do país.

A análise de alguns destes dados que realiza o Inspetor do 1º Grupo de Regiões Militares junto ao Conselho Superior de Guerra não é animadora.

Castilho de Lima salienta a superioridade argentina em praticamente todos os setores de importância estratégica e militar. Justificando a qualificação de “potência de primeira grandeza no nosso continente” (p. 1), que empresta ao país platino, comenta, em suma, o general:

Seus quadros militares profissionais são competentes, seu material de guerra é copioso e moderno, seu serviço de recrutamento é aperfeiçoado, baseado num sistema de alistamento modelar; suas vias de comunicação, além de numerosas, cortam o país em todos os sentidos e sua rede ferroviária pode realizar correntes de transportes militares aptos a atender as concentrações rápidas nas suas principais zonas fronteiriças; sua indústria (...) já se salientou brilhantemente, pois possuem uma fábrica de aviões, a única existente na América do Sul (p. 1).

Assim, no interior dessa esfera militar de decisão, em 1935, discute-se sobre dados que parecem apontar inequivocadamente para uma posição de superioridade argentina no subcontinente. Esta superioridade, verificam os membros do Conselho Superior de Guerra, dá-se a nível da estrutura econômica e de transportes, na aviação, na artilharia de campanha, na infantaria e na marinha.

A modernização do material bélico por encomendas à Europa, “segundo se pode saber” (p. 3), na expressão de Castilho de Lima, era de vulto significativo.

A hipótese de confronto militar, envolvendo o Brasil na América do Sul parecia, em 1935, ser trabalhada nos termos da tradição militar brasileira, isto é, considerava-se praticamente inevitável a união dos estados hispano-platinos contra o Brasil. O Estado-líder de tal união anti-brasileira era, evidentemente, a Argentina. Vimos, aliás, a maneira pela qual Travassos atualizara essa antiga tese por meio de argumentos geopolíticos que apontavam para a gravitação natural dos países platinos em torno de Buenos Aires.

De fato, a inteligência militar brasileira julga praticamente inevitável a união Argentina-Paraguai-Uruguai em caso de generalização do confronto armado na região. É precisamente a hipótese veiculada no seio do Conselho Superior de Guerra, a qual parece muito clara em relação à Argentina e ao que se julga um ressentimento histórico desta em relação ao desmembramento do antigo Vice-Reinado do Prata, “obra da diplomacia e do poder militar do império do Brasil.” (p. 5) diz a respeito Castilho de Lima:

(...) é a Argentina que nunca pode se conformar com essa perda de grandeza territorial e política, que, pelo seu progresso, organização, população, território e ressentimentos da política e de seu povo, constitui o nosso maior inimigo provável.” (p. 6)

Não escapa à inteligência militar brasileira os vínculos especiais de subordinação do Paraguai à Argentina, a que tivemos ocasião de aludir. O relatório apresentado ao Conselho Superior de Guerra adverte de que a Argentina parecia considerar o Paraguai “um de seus distritos de mobilização e um prolongamento territorial” (p. 6). Tal convicção, é evidente, marcará a interpretação do interesse brasileiro no conflito paraguaio-boliviano no Chaco Boreal.

Embora predomine na referida interpretação a análise de questões ligadas ao confronto das estratégias geopolíticas de projeção continental de ambos os países, a hipótese de confronto

militar direto, acima detalhada, não era absolutamente remota, nem em relação à situação geral de disputa pelo predomínio do subcontinente, nem no que se refere ao conflito do Chaco, especificamente, de lugar central, aliás, no quadro conjuntural daquela disputa.

De fato, o confronto militar parece ser considerado como possibilidade bastante concreta nos meios militares de decisão, “especialmente com a Argentina que pretende a completa supremacia e predomínio político-econômico na Sul-América” (p. 6), conforme adverte enfaticamente o membro do Conselho Superior de Guerra.

Especificamente quanto à questão do Chaco, é da mesma forma considerado provável de que esta venha a

envolver o nosso país numa guerra com os beligerantes ou contra outros, especialmente a Argentina, cuja neutralidade poderá ser quebrada subitamente por manobras secretas da política internacional as quais não se poderá facilmente prever (p. 7)

Assim, parecia bastante presente a hipótese de que o confronto boliviano-paraguaio conduzisse Brasil e Argentina à guerra, em que pese os sempre renovados protestos oficiais de amizade e cooperação econômica, incluindo troca de visitas oficiais dos presidentes, Justo e Vargas, o que, para o meio militar, não disfarçava a “apreensão geral de um possível conflito” (p. 7).

No caso de que tal conflito se efetivasse, os militares brasileiros pareciam contar com a formação do bloco Chile-Bolívia-Peru em conjugação com o Brasil. Tal perspectiva era claramente baseada em conceitos estratégicos de fundo geopolítico que tendiam a apontar os interesses de tais Estados em contraposição aos do bloco platino, liderado pela Argentina.

Em que pese a visível gravidade com que era encarada, no contexto de 1935, a possibilidade de que a Guerra do Chaco conduzisse ao confronto armado imediato com a Argentina, eram, na verdade, as questões político-estratégicas de longo prazo, envolvendo o predomínio no subcontinente que já se encontravam concretamente postas em evidência pelo confronto boliviano-paraguaio.

Nesse sentido, parece haver indicação de descontentamento na área militar no que se refere à participação político-diplomática do Brasil na questão. Refere o relatório ao Conselho Superior de Guerra:

É notável o alijamento que o Brasil vem sofrendo na solução desse conflito sulamericano. Nunca a sua mediação pacífica foi bem quista nem das inúmeras negociações anteriores à guerra, nem quando nos declaramos neutros no momento de sua declaração (...) apesar da aparente manifestação oficial de simpatia, para que o Brasil figure como mediador na pacificação (p. 7).

É, no entanto, na direção da Bolívia, isto é, do *coração continental*, que se encontra voltada a visão geopolítico-estratégica. De fato, a situação colocava possibilidades variadas para o interesse nacional brasileiro assim definido.

Uma questão parece central na discussão proposta por Castilho de Lima no Conselho Superior de Guerra: qual deveria ser a posição brasileira no que se refere à reivindicação formal da Bolívia de uma saída até o rio Paraguai pelo território do Chaco?

O general propõe a respeito duas ordens de consideração estratégica. A primeira, ligada a uma linha tradicional, propunha que seria favorável ao interesse nacional brasileiro que a Bolívia obtivesse acesso ao rio Paraguai e daí ao Atlântico, uma vez que, dessa forma, o Brasil teria diminuída sua fronteira com o Paraguai, aliado incontestável, ou mesmo, praticamente, um prolongamento territorial da Argentina. O Brasil sustentava, na ocasião, junto ao governo de La Paz, o propósito de garantir o acesso boliviano ao rio Paraguai, como fizera desde o Império.

Entretanto, uma ordem mais moderna de raciocínio vinha a colocar-se frente ao posicionamento tradicional do país na questão. Tratava-se da projeção ferroviária Santa Cruz-Corumbá, a qual apresentava a função estratégica de criar uma via de acesso ao Atlântico para a Bolívia pelo território brasileiro até Santos, desviando o fluxo comercial daquele país do eixo vertical platino e opondo-se, dessa forma, ao avanço ferroviário argentino, o qual visava precisamente a forçar o escoamento da produção do Oriente Boliviano neste segundo sentido.

O general inspetor do 1º Grupo de Regiões Militares é extremamente preciso na aplicação concreta dos conceitos de natureza geopolítica na questão chaquenha:

(...) não nos interessa mais a política usada pelo império, de assegurar à Bolívia uma saída pelo rio Paraguai (...). Pelo contrário, hoje mais nos convém que a Bolívia não tendo saída pelo PRATA (interesse argentino), procure escoar seus produtos através (de) nosso território com o concurso da via férrea (...) Estrategicamente essa política a colocará contra o Paraguai e Argentina, nosso inimigo principal (p. 8. O grifo em maiúsculas está no original).

O general brasileiro é igualmente preciso quanto ao reconhecimento da função estratégica do projeto ferroviário argentino, grande advertência de Mário Travassos e, como vimos, objeto central das negociações conduzidas pelo chanceler Saavedra Lamas junto ao governo boliviano, já desde o princípio das hostilidades no Chaco. Castilho de Lima anuncia claramente o objetivo fundamental – e fatal para os interesses brasileiros no subcontinente – das comunicações ferroviárias argentinas na Bolívia. Refere o militar que estas comunicações buscavam

(...) ligar o Chaco argentino (Yacubas) à Santa Cruz de La Sierra e o Altiplano ao Chaco Boreal até as margens do rio Paraguai completando assim o ciclo das comunicações que canalizarão toda a produção boliviana-paraguaia para o rio da Prata, através de Buenos Aires (p. 8).

A ligação Yacuiba-Santa Cruz, vital para planificação estratégica argentina, já se encontrava assegurada por protocolo firmado entre os governos argentino e boliviano, advertia Castilho de Lima ao Conselho.

Recomenda, então, o general que o Brasil prestasse auxílio imediato à Bolívia para construção de outra ligação estratégica fundamental, Santa Cruz – Porto Suarez, sem o que, volta a advertir o estrategista, “em breve a Argentina o fará, com graves prejuízos para o Brasil” (p. 8).

Era necessário, portanto, alcançar a Argentina no que se referia à projeção ferroviária, segundo o pensamento em trânsito no Conselho Superior de Guerra, para que a não obtenção por parte da Bolívia de uma saída Atlântica pelo rio Paraguai viesse ao encontro dos interesses estratégicos brasileiros. Se tal não ocorresse, a situação mediterrânica do estado boliviano voltaria a ser favorável ao interesse argentino, conforme propunha a estratégia tradicional brasileira. A situação, era, portanto, extremamente delicada para o Brasil que se via colocado entre duas possibilidades negativas:

Conseguida para a Bolívia uma saída para o rio Paraguai continuarão os produtos desse país a se escoar para o Prata. Negada aquela saída, o seu plano ferroviário [da Argentina] terá mais rápida execução (p. 8).

O separatismo latente do Departamento de Santa Cruz, observado de forma grave pela inspetoria da 8ª Região Militar, mostrava-se igualmente perigoso para a esfera militar de decisão. O

perigo argentino era, neste caso, igualmente notável, segundo a visão de Castilho de Lima, na medida em que, afirma o general, “a nova nação seria fatalmente ligada ao Paraguai, e, portanto, ao nosso principal inimigo provável – a Argentina.” Acrescenta ainda o membro do Conselho Superior de Guerra:

Desmembradas e independentes Santa Cruz e El Beni, melhores proventos adviriam para a Argentina porque mais fácil lhe seria estender sua influência a um novo país que só teria saída pelo Amazonas e Mato Grosso até onde não poderá tão cedo lançar uma via férrea (...) ou pelo Paraguai cujo domínio econômico está de posse de Buenos Aires (p.8).

Não obstante esse domínio econômico argentino sobre o Paraguai, o conflito do Chaco colocava, para a projeção continental brasileira, algumas oportunidades positivas junto a Asunción, segundo se depreende de certos pontos em análise no Conselho Superior de Guerra. Mário Travassos já esboçara a possibilidade de que o Brasil pudesse oferecer ao Paraguai uma saída alternativa para o Atlântico por meio de ligação ferroviária de Asunción até o eixo portuário Rio Grande-Santos.

É precisamente isto o que propõe o estrategista Castilho de Lima ao exame do Conselho. A guerra, pensa o general, debilitando a economia paraguaia, transformaria o controle argentino desta economia em uma verdadeira asfixia. A situação seria, portanto, favorável ao oferecimento de um fluxo comercial alternativo a Asunción, nos termos que preconizara Travassos.

Dever-se-iam desenvolver as negociações para as ligações ferroviárias Asunción-Santos ou Asunción-Paranaguá, por meio das ligações Hosqueta-Ponta Porá-Campo Grande ou Asunción do Iguazu em direção aos trilhos da Londrina-Jataí. O sentido estratégico dessas comunicações é claramente enunciado:

Essas comunicações, livrando o Paraguai da dependência e despotismo econômico argentino, afastariam de nós o perigo da união íntima desse país com a Argentina, aproximando-o mais do Brasil e oferecendo-nos certa garantia de benevolente neutralidade dessa República em caso de uma guerra Brasil-Argentina (p. 9).

Já vimos, por outro lado, que os militares brasileiros pareciam contar com a aliança do chamado Bloco do Pacífico – Bolívia, Chile e Peru – em caso de confronto com o principal inimigo provável, a Argentina. Vejamos o que diz Castilho de Lima sobre os interesses

dos EUA – em destaque o petróleo explorado pela *Standard Oil* – na região compreendida pelos hipotéticos aliados do Brasil:

Os interesses ali representados por vultosos capitais norte-americanos e que terão rendas fabulosas quando estiverem estabelecidos os transportes convenientes para o petróleo, são interesses antagônicos aos do Prata que certamente oferecerão certas restrições à expansão argentina após a guerra (p. 9).

Depreende-se, pois, que o pensamento estratégico brasileiro vê como coincidentes os interesses do Brasil e dos EUA no subcontinente, o que, evidentemente, introduz a vinculação entre ambos os países no âmbito da formulação do interesse nacional brasileiro, precisamente nos termos da política tradicional inaugurada por Rio Branco. Encontra-se, dessa forma, atuando, no caso específico da questão chaquenha, o mecanismo geral que sustenta e reproduz, a nível político-ideológico, a inserção brasileira no sistema de poder norte-americano, o qual, igualmente no caso do conflito chaquenho, terá na Argentina o principal foco de resistência para a sua configuração na América do Sul.

Por outro lado, a atuação da diplomacia brasileira na questão não parecia estar agradando aos militares. Segundo Castilho de Lima:

(...) a nossa diplomacia atualmente parece claudicar lamentavelmente no que diz respeito à defesa dos nossos palpitantes interesses políticos no Prata e no Atlântico, onde a Argentina vem orientando as questões ao sabor dos interesses econômicos e estratégicos da Casa Rosada.”

É essa diplomacia que estaria empenhada, após a guerra pela paz, em defender o que se punha como o interesse nacional brasileiro na longa Conferência de Paz que se abria em Buenos Aires. Ali, ainda e sempre, a disputa com a Argentina pela supremacia no subcontinente e as diretrizes da geopolítica nacional, com a observação militar atenta e ativa, seriam elementos essenciais da atuação brasileira.

Referências Bibliográficas

BACHA, C. S. *A Dependência nas Relações Internacionais*. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: IUPERJ, 1971.

- BANDEIRA, L.A.M. *Conflito e Integração na América do Sul*. Brasil, Argentina e Estados Unidos da Tríplice Aliança ao MERCOSUL. Rio de Janeiro, Revan, 2ª ed., 2003.
- BERNAL-MESA, Raúl. *América Latina en el Mundo*. El Pensamiento Latinoamericano y La Teoría de Relaciones Internacionales. Buenos Aires: Grupo Editor Latinoamericano, 2005.
- BREZZO, L. M. e FIGALLO, B. *La Argentina y el Paraguay*, de la Guerra a la Integración. Rosario: Instituto de Historia, Facultad de Derecho y Ciencias Sociales del Rosario, Pontificia Universidad Católica Argentina, 1999.
- CARDOSO, F. H. e FALETTO, E. *Dependência e Desenvolvimento na América Latina*. Ensaio de Interpretação Sociológica. Rio de Janeiro: Zahar, 1984.
- CHIAVENATO, J. J. *A Guerra do Chaco*. São Paulo: Brasiliense, 1979.
- _____. *Bolívia Com a Pólvora na Boca*. São Paulo: Brasiliense, 1981.
- COELLO, V. R. *Cartas Diplomáticas*. Eusebio Ayala /Vicente Rivarola. Guerra del Chaco. Buenos Aires: Industria Gráfica del Libro SRL, 1982.
- ETCHEPAREBORDA, R. *Zeballos y la Política Exterior Argentina*. Buenos Aires: Pleamar, 1982.
- FAUSTO, B. e DEVOTO, F. J. *Brasil e Argentina*. Um Ensaio de História Comparada (1850-2002). São Paulo: Ed. 34, 2004.
- GUGGIARI, L. L. *El Financiamiento de la Defensa del Chaco 1924-1935*. Un Desafío al Liberalismo Económico. Assunción: Arte Nuevo, 1983.
- HALLIDAY, Fred. *Repensando as Relações Internacionais*. Porto Alegre: Ed UFRGS, 1999.
- HEINSFELD, A. *A Geopolítica do Barão*. As Ações de Rio Branco e seus Reflexos na Argentina. Curitiba: Prismas, 2015.
- HILTON, S. "Las Relaciones Argentino-Brasileñas: el Punto de Vista de Brasil". In: MONETA, C (org). *Geopolítica y Política del Poder en el Atlántico Sur*. Buenos Aires: Pleamar, 1983.
- LLAIRO, M. M. e SIEPE, R. *Argentina en Europa*. Yrigoyen y la Sociedad de las Naciones. Buenos Aires: Macchi, 1997.
- MARACAIDA, E. e SCALTRITTI, M. "Afianzamiento y Expansión del Capitalismo. Un Nuevo Orden Internacional". In: *Historia Argentina Contemporánea*. Pasados Presentes de la Política, la Economía y el Conflicto Social. Buenos Aires: Dialektik, 2008.
- MARINI, R. M. *América Latina*. Dependência e Integração. São Paulo: Página Aberta, 1992.
- MOURA, G. *Autonomia na Dependência*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.
- PARADISO, J. *Um Lugar no Mundo*. A Argentina e a Busca de Identidade

Internacional. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

PETERSEN, H. F. *La Argentina y los Estados Unidos (1810-1914)*. Buenos Aires: Hyspanamérica, 1986.

ROUT, L. B. *Politics of the Chaco Peace Conference 1935-1939*. Austin: Institute for the Latin American Studies, 1970.

SCHOULTZ, L. *Estados Unidos: Poder e Submissão*. Uma História da Política Norte-Americana em Relação à América Latina. Bauru SP: EDUSC, 2000.

TULCHIN, J. S. *América Latina X Estados Unidos*. Uma Relação Turbulenta. São Paulo: Contexto, 2016.

ZOOK, D. H. *La Conducción de la Guerra del Chaco*. Buenos Aires: Editorial Lito, 1962.

Recebido em 18/01/2020

Aprovado em 22/02/2021